

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ENSINO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Eliana de Souza Rolim*

A preservação do patrimônio histórico tem se configurado como algo importante, não apenas como objeto de estudo, mas também, como produção de conhecimento histórico significativo, bem como para a memória coletiva e a construção de identidades.

Nessa perspectiva, uma construção antiga pode ser considerada patrimônio, tanto como obra arquitetônica, quanto pelo seu valor histórico, ou também por guardar resquícios de uma memória coletiva. Para isso, nem sempre o apelo estético é fundamental, uma vez que a destruição de edifícios antigos pode evidenciar a necessidade de se apagar uma memória e, em contrapartida, a manutenção de outros bens pode favorecer uma memória que se quer perpetuar.

Segundo Fonseca (2003: 56-59), por se constituir em um bem cultural, o patrimônio histórico não deixa de suscitar conflitos e tensões no que se refere à sua preservação ou destruição. Isso acontece, preponderantemente, devido às concepções existentes no imaginário da sociedade e dos políticos, que em muito se chocam com as concepções de estudiosos, naquilo que se refere ao que deve ser considerado ou não patrimônio cultural e histórico e, conseqüentemente, o que deve ou não ser preservado.

Entretanto, Fonseca admite que o valor do patrimônio histórico é de extrema importância para a vida social e mental de qualquer coletividade humana, daí a necessidade de ele ser contemplado em sua totalidade, e não apenas aquele que segue padrões ditados por uma elite, elite esta que deseja ver seus interesses considerados acima da conservação da herança cultural e histórica de uma população maior. Desse modo, a questão da preservação deve ser compreendida enquanto socialização de saberes que não se impõem, mas sim são gerados de relações de poder e de correlações de forças que permeiam toda a sociedade.

Contudo, o desafio desse novo século é fazer com que as comunidades que convivem diariamente com esses bens culturais sintam-se responsáveis por eles e descubram o valor que

* Professora da Rede Municipal de Ensino de Cajazeiras – PB. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba

possuem. Isso pode ocorrer a partir da implantação de políticas públicas de Educação Patrimonial que visem tornar a população uma aliada, em potencial, do processo de salvaguarda de um patrimônio que, mesmo entendido como um espaço de construção de significados e representações simbólicas parece não despertar interesse geral do público que convive em seu entorno.

Em relação ao patrimônio histórico entendemos que é um bem cultural de significativo valor simbólico e se constitui em esteio da memória coletiva de cada sociedade, daí o porquê da necessidade de sua preservação, pois seus bens funcionam tanto como fontes históricas quanto como lugares de memória, testemunhos do passado, palco de experiências vivenciadas por atores sociais em tempos e espaços diferenciados. Por isso, o estudo desses lugares é significativo para a construção de saberes históricos e como objeto da cultura histórica local. Em seu estudo sobre patrimônio histórico, Françoise Choay afirma:

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma densidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001: 11)

Nesse sentido se pode afirmar que, na visão da autora, o patrimônio histórico se constitui, enquanto tal, a partir do momento em que passa a ser reconhecido como pertencente a um passado comum a uma determinada comunidade e, com base nessa concepção, é possível dizer que esses objetos, obras de arte, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir faire* dos seres humanos são signos de uma determinada identidade e de uma memória coletiva, além de alimentarem uma cultura histórica, no sentido em que Jacques Le Goff a compreende:

A história da história não deve se preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época. O estudo da literatura e da arte pode ser esclarecedor deste ponto. (LE GOFF, 1994: 48)

Assim, mesmo considerando que cultura e mentalidade histórica são conceitos sinônimos e que a história dos historiadores seja a única que possui vocação científica, Le Goff não descarta a possibilidade de que a cultura histórica também englobe outros aspectos

culturais produzidos em sociedade e, dentre esses, a literatura, as artes e os monumentos são considerados de grande importância “como testemunhas do gosto de algumas sociedades históricas pelo seu passado” (LE GOFF, 1994: 48).

É por isso que a preservação do patrimônio histórico não deve servir apenas para alimentar uma indústria turística ou manipular a cultura histórica de uma comunidade, de acordo com o interesse de entidades dominantes, mas sim, estar relacionada com a memória coletiva. E como defende José Newton de Meneses (2004), deve também estar relacionada com um projeto de sustentabilidade que vise promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social das comunidades que, ao longo de sua história, tiveram tais monumentos como símbolo de identidade. Dessa maneira, pode-se dizer que o patrimônio, sendo um lugar de memória, deve ser entendido como um aspecto de considerável importância para a constituição das diversas identidades de uma determinada comunidade.

Sobre esse aspecto, Halbwachs (1990) defende que a memória coletiva ajuda na constituição das identidades, na identificação do sentimento de pertença e na construção de saberes. Esta concepção mostra a riqueza e a complexidade da subjetividade da memória que, mesmo não se constituindo numa releitura do passado, tal como ele se produziu, enriquece o estudo das relações passado/presente. Para Halbwachs essas relações são favorecidas quando encontram no meio material um aporte:

[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. (HALBWACHS, 1990: 143)

Assim, sendo entendido como um bem cultural de significativo valor simbólico, o patrimônio histórico tem se constituído em esteio da memória coletiva de cada sociedade, daí o porquê da necessidade de sua preservação, pois seus bens funcionam tanto como fontes históricas quanto como lugares de memória, testemunhos do passado, palco de experiências vivenciadas por atores sociais em tempos e espaços diferenciados.

Nessa mesma perspectiva, Rolnik (1995), destaca que as construções arquitetônicas de um determinado período guardam muito das experiências e histórias vivenciadas pelas sociedades que as construíram e, por isso mesmo, a preservação da memória coletiva dessas

sociedades através da existência desse patrimônio, é uma riqueza que pode ser descoberta por meio da memória, das imagens e da oralidade das personagens que conheceram essas construções no tempo em que elas *pulsavam* através da dinâmica de seus antigos habitantes. Ainda para Rolnik, “A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social [...]” (1995:18).

Dessa maneira, cabe aos historiadores profissionais, como enfatiza Le Goff, pesquisar e trazer à tona esses significados e essa memória, fazendo com que os saberes históricos produzidos através desse estudo possibilitem aos próprios atores sociais se perceberem enquanto produtores e sujeitos da História. Assim, será possível preservar esse patrimônio, através da formulação de políticas públicas e educacionais, promovendo uma educação patrimonial no intuito de redirecionar o imaginário social e político para a valorização e compreensão da cultura histórica local.

No entanto, vale observar que a construção de identidades associada à preservação de um patrimônio histórico poderá estar vinculada à busca de construção de sentidos hegemônicos, isto é, à escolha do tipo de bens que são tombados e considerados dignos de proteção poderá revelar interesses de determinados setores da sociedade em detrimento de outros. Neste caso, a preservação desse patrimônio revela o interesse na construção de uma memória e identidade que se deseja impor a uma determinada comunidade ou a um grupo social, ou mesmo revelar a imagem que uma sociedade pretende de si mesma.

A partir dessa reflexão é pertinente destacar as ideias de que, preservar o patrimônio é conservar uma cultura e uma identidade atribuídas a uma comunidade ou a um grupo social e que a preservação de um patrimônio histórico e cultural não deve servir apenas para alimentar saudades de um passado idealizado, mas sim, tentar manter um diálogo entre passado e presente, visando à construção de novos saberes e tendo por base as memórias coletivas.

Desse modo, compreender e preservar o patrimônio são conhecer tanto a história como as memórias suscitadas, a partir de lembranças evocadas por sua existência. Daí porque é fundamental a participação da população, especialmente quando se trata da questão do tombamento e preservação dos chamados *lugares de memória*, visto que esses devem possuir um sentido para essa coletividade. Em outras palavras, o patrimônio histórico deve ter um papel social e não servir apenas de exaltação aos nomes daqueles que o construiu. Por isso

acredita-se que a aplicação da Educação Patrimonial é importante para aprofundar as discussões sobre essa realidade, inicialmente nas salas de aula.

Segundo o pensamento de Valecillo (2009: 273), a Educação Patrimonial é um meio através do qual se faz possível a aproximação *da comunidade com seu patrimônio*. É a partir desse contato que se pode falar em *sustentabilidade patrimonial*, que seria uma maneira de preservá-lo contando com a parceria direta das pessoas que mais teriam interesse nessa conservação, porque receberiam os benefícios de sua existência através da exploração racional de atividades que promovam a *história local e a valorização de suas identidades*.

Destarte, por meio da disciplina de Educação Patrimonial, que tem por base teórica a abordagem de Paulo Freire na *Pedagogia da Autonomia* e que Horta destaca como sendo um instrumento de *alfabetização cultural*, espera-se que o cidadão perceba o patrimônio como um espaço de convivência dentro do qual ele pode se reafirmar como membro de um grupo, com o qual se identifica e por isso mesmo também é responsável pela construção de uma memória coletiva. Além disso, esse patrimônio cultural torna-se um lugar de interação e construção de cidadania, sendo utilizado de maneira que atenda às necessidades sociais do grupo, a partir de sua preservação.

Dessa forma, *ao aprender a conhecer e a valorizar* seu patrimônio, o cidadão também *estará aprendendo a ler o mundo* que está à sua volta, compreendendo, além dos aspectos socioculturais, todo processo histórico que culminou com a existência do meio que o cerca.

Seguindo essa proposta, a metodologia da Educação Patrimonial busca fomentar uma educação dialética e democrática que consiga dar voz a todos os envolvidos na questão: os atores sociais e as próprias instituições responsáveis pela manutenção do patrimônio, para que, dessa maneira, se possibilite o acesso de todos à herança cultural recebida de seus antepassados.

No *Guia Básico de Educação Patrimonial* Horta afirma que como disciplina do sistema formal de ensino, a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida em quatro etapas: *observação, registro, exploração e apropriação*. Cada uma delas com sua metodologia e objetivos específicos que visam, ao longo do trabalho, levar o aluno a um contato pessoal com o patrimônio estudado. Nesse encontro, busca-se aprofundar e construir conhecimentos significativos que o capacitem a fazer análises críticas, além de valorizar e compreender o

patrimônio como um bem que faz parte de sua cultura e, portanto, se constitui como parte de sua identidade.

Este processo objetiva levar o estudante a uma relação de interação com o seu patrimônio e, conseqüentemente, com a comunidade que o compartilha. Dessa forma, o patrimônio histórico se torna um meio de coesão social, através do qual os cidadãos passam a fazer outras leituras do contexto sociocultural de que participam, através de suas experiências compartilhadas e conhecimentos construídos.

Entretanto, cabe enfatizar que a Educação Patrimonial não deve ser entendida e utilizada como impositora de uma identidade, mas sim, como uma metodologia que vise despertar os interesses da comunidade e de seus indivíduos pelos seus bens patrimoniais, trabalhando para que todos os envolvidos no processo educativo (alunos e comunidade em geral) sejam divulgadores da identidade e do patrimônio às futuras gerações. Acreditamos que a introdução da disciplina seria uma maneira eficiente de promover os bens patrimoniais junto aos alunos, “pois se espera que esses jovens estudantes se transformem em agentes multiplicadores e atuem, como tal, nas suas escolas, famílias e comunidades” (GOMINHO FILHO, 2006: 142-143).

No que refere à inserção da Educação Patrimonial como possibilidade para o ensino de História pode-se afirmar que esse é um campo que tem suscitado um crescimento no número de pesquisas sobre o tema. Por isso, defende-se a ideia de que a Educação Patrimonial, enquanto disciplina, deve ser uma aliada cada vez mais utilizada na sala de aula para desenvolver um ensino de História pertinente e comprometido em proporcionar aos alunos a capacidade de, além de assimilarem os conteúdos, tornarem-se também produtores de conhecimentos.

Neste sentido, é preciso concordar com a análise de Pinsky e Pinsky de que:

O grande desafio que se apresenta nesse novo milênio é adequar o nosso olhar às exigências do mundo real sem sermos sugados pela onda neoliberal que parece estar empolgando corações e mentes. É preciso, nesse momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia. (PINSKY & PINSKY, 2003: 19)

De acordo com os autores, é preciso fazer com que o aluno sinta a proximidade que a História tem com seu cotidiano e perceba que, mesmo a História já contada nos livros, também foi produzida por pessoas comuns dentro de seus espaços, tempos e contexto sociocultural e, desse modo, “quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer” (PINSKY & PINSKY, 2003: 28).

Daí a necessidade de os historiadores voltarem cada vez mais os olhos e tomarem para si a responsabilidade por aquilo que é ensinado nas escolas e para as novas concepções e abordagens da história ali difundidas. Assumir essa postura implica um profundo redirecionamento das práticas em sala de aula, possibilitando que o conhecimento histórico se aproxime das experiências do cotidiano dos alunos sem, contudo, reduzi-lo à mera banalidade. É dessa forma que o ensino de História traz à tona seu grande potencial, oportunizando a ‘inclusão histórica’.

A partir disso, se pode dizer que a proposta da Educação Patrimonial se encaixa nessa concepção de ensino de História, principalmente quando ela chama a atenção para a necessidade/importância de fazer com que o aluno mantenha um contato mais próximo com seu próprio contexto sociocultural. Assim, as atividades pedagógicas voltadas para a História local e o trabalho com os bens culturais existentes podem e devem fazer parte desse processo de ensino/aprendizagem, por meio do qual o aluno passa a enxergar o cotidiano como objeto de construção de conhecimento.

É possível dizer ainda que a utilização da metodologia da Educação Patrimonial no ensino de História, além de possibilitar ao aluno a capacidade de interpretar os acontecimentos históricos de seu contexto sociocultural, político e ideológico, permitir-lhe-á também o acesso à Cultura histórica local e a percepção de si mesmo enquanto agente da História e como produtor de conhecimento.

Convém destacar também, que Campos (2009), ao discutir a questão das políticas patrimoniais da cidade moderna diante da globalização, afirma que o objetivo primordial da conservação do Patrimônio Histórico não deve ser prioritariamente, a dos bens em si, mas sim, os valores sociais agregados a esses bens, bem como aos usos e funções que a sociedade lhes atribui e partilha ao longo de sua existência.

Assim a autora firma que:

Na contemporaneidade, as questões que envolvem o patrimônio e a identidade precisam ser problematizadas sob a lógica da transformação constante dos centros urbanos que passaram a ser analisados como núcleos dinâmicos. Nesse contexto, as cidades não são mais consideradas como um organismo em evolução, tampouco são vistas como o resultado de um acúmulo de eventos históricos que determinaram sua configuração. (CAMPOS, 2009: 66)

De acordo com Meneses (2009), a interpretação do patrimônio é fundamental para que este se faça reconhecido e valorizado por parte da comunidade local. Segundo o historiador, muitos dos projetos desenvolvidos na área de preservação do patrimônio cultural são feitos sem o necessário desenvolvimento de um processo de interpretação desse patrimônio, o que quase sempre torna a sua existência irrelevante para a comunidade de seu entorno. Para ele seria necessário que o próprio cidadão participasse do processo de interpretação desse patrimônio para que a ação de preservação ocorresse de maneira mais fácil e sustentável (MENESES, 2009: 34).

Para o historiador, a interpretação do patrimônio é um processo por meio do qual são construídas memórias, mas também a realização de leitura críticas a respeito das mesmas. Nesse sentido, a preservação do Patrimônio Histórico não deve servir apenas como musealização do passado, mas sim cumprir seu papel dentro da cultura histórica nos termos defendidos por Neves (1999), ou seja, o Patrimônio Histórico deve ser formador de uma identidade social que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo à comunidade e aos indivíduos que a integram compreender e questionar o contexto em que estão inseridos e se situam na contemporaneidade.

De acordo com Fonseca, “a elaboração e a aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para que um bem venha cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto à sociedade” (2003: 67), além desse aspecto, se faz necessário também, a tomada de ações mais enérgicas por parte do poder público para estabelecer meios de uma efetiva participação dos cidadãos na gestão e proteção do patrimônio em qualquer localidade.

Diante desse contexto, compreendemos que a inserção da Disciplina de Educação Patrimonial nos sistemas de ensino seria uma maneira de se proporcionar aos alunos e,

consequentemente, aos cidadãos, o contato de maneira mais dinâmica e democrática com a história local através do conhecimento do patrimônio arquitetônico e histórico estudado. Não queremos dessa forma, atribuir à escola a total responsabilidade pela ressignificação dos bens patrimoniais e culturais tombados, mas compreendemos que o desenvolvimento de atividades pedagógicas é um meio indubitável de se construir novos conhecimentos a partir de novos olhares lançados sobre estes bens patrimoniais e a memória por eles suscitadas.

Pois, mesmo entendendo que não é possível atribuir à Educação Patrimonial uma missão salvadora do patrimônio, visto que, mesmo se propondo uma disciplina transformadora, como ressalta Barbosa (2005: 125), ela dependerá da maneira como vai ser utilizada em sala de aula, a introdução de disciplinas como Educação patrimonial é de grande relevância para que o patrimônio possa ser visto realmente como parte de uma memória e de uma identidade histórica, tanto pelos grupos que convivem em seu entorno como pelas comunidades que o mantêm.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Vilma de Lourdes. Contribuições para pensar, fazer e ensinar a História local. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

CAMPOS, Luana Carla Martins. Políticas de preservação do patrimônio no mundo globalizado: o ICMS cultural e a regionalização da proteção dos acervos culturais em Minas Gerais. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 59-75.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FONSECA, Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

_____, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

GOMINHO FILHO, Fortunato Ferraz. *Bens patrimoniais e escolas públicas uma aproximação necessária*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais; Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, PPGHis-UFMG, v. 22, n. 36, jul./ dez. 2006, p. 261-273.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, M. de L. P; GRUMBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de Educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/MinC; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LE MOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1982] (Col. "Primeiros Passos").

MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio*: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 32-45.

MENESES, Ulpiano Teixeira Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória*: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP/ FAPESP, 1999, p. 11-29 (Col. "Seminários & Debates").

NEVES, Joana. Participação da comunidade, ensino de História e cultura histórica. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 6/7, 1999, p. 35-47.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, história e patrimônio histórico*: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

PINSKY Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, L.(org.). *História na sala de aula*: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-36.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1999, p. 3-15.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003 [1995] (Col. "Primeiros Passos").

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, Cecília Rodrigues. Novas fronteiras e novos pactos para o Patrimônio Cultural. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 43-48.

VALECILLO, Zaida Garcia. Como acercar los bienes patrimoniales a los ciudadanos? Educación Patrimonial, um campo emergente em la gestión del patrimônio cultural. *Pasos: revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, Canarias, Universidad de la Laguna, v. 7, n. 2, 2009, p. 271-280.